

FORMAÇÃO DOCENTE: o PIBID na visão dos informantes¹

Ana Cristina da Silva e Silva

Graduanda do Curso de Pedagogia

Universidade Federal do Maranhão – UFMA - cris.silvas@hotmail.com

Ilma Vieira do Nascimento

Professora Doutora Ilma Vieira do Nascimento

Universidade Federal do Maranhão – UFMA - ilmavi@terra.com.br

Resumo: Este artigo é resultado da pesquisa “Formação Docente em Cursos de Licenciatura desenvolvidos pela UFMA - Campus São Luís” com objetivo de construir conhecimentos no âmbito da formação docente e estudos sobre o PIBID no contexto da formação docente para a Educação Básica. Adotamos como aporte teórico-metodológico sobre formação docente Ramalho, Nuñez e Guathier (1997); Freitas (2002); Nascimento e Melo (2015) dentre outros e, com ênfase na pesquisa qualitativa, os estudos de Deslauriers e Kérisit (2008); Szymanski (2010). Trata-se de uma pesquisa qualitativa cuja coleta de dados foi a entrevista semi-estruturada. Os sujeitos: coordenador institucional e o coordenador de área, bem como dois professores estaduais, envolvidos no PIBID. Os resultados evidenciam que o PIBID é um programa de aperfeiçoamento e valorização docente, e que apesar de alguns problemas, tem contribuído de modo relevante para a formação inicial dos licenciandos na construção de saberes, viabilizando a relação teoria-prática.

Palavras-chave: Formação docente. PIBID. Licenciatura

1 INTRODUÇÃO

Durante a pesquisa “Formação Docente em Cursos de Licenciatura desenvolvidos pela UFMA - Campus São Luís” realizamos estudos sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID, com objetivo geral de construir conhecimentos no âmbito da formação docente em cursos de licenciatura-UFMA; também estudos sobre o PIBID no contexto da formação de professores para a Educação Básica; e coletar dados junto à coordenação do PIBID/UFMA e com professores da Educação Básica de escolas públicas, envolvidos no PIBID.

As constantes transformações em nossa sociedade atual nos incitam a refletir sobre o papel do professor, sua formação e prática pedagógica, as políticas de valorização e qualificação do trabalho docente. Dessa forma, as instituições formadoras têm a responsabilidade de acompanhar os movimentos da realidade para compreender e realizar as mudanças necessárias para promover uma formação efetiva e que possa responder às demandas educativas da população. Isto norteou a nossa pesquisa que, tem como objeto de estudo a formação docente, para compreendermos como funciona o PIBID em seu desdobramento no âmbito de uma Instituição de Ensino Superior, no caso, a UFMA.

¹ Pesquisa intitulada “Formação Docente em Cursos de Licenciatura desenvolvidos pela UFMA - Campus São Luís”

2 FORMAÇÃO DE PROFESSORES: algumas considerações

A discussão sobre a formação docente, no que se refere à formação inicial, continuada, qualificação, condições de trabalho, salários e carreira, nas últimas décadas tem se intensificado como foco principal das ações do Estado. Contudo, as políticas educacionais implementadas estão aquém das necessidades cruciais que acabam se refletindo na qualidade da educação pública do Brasil. Compreendemos a formação inicial como uma etapa indispensável do processo de profissionalização do docente permeada pela articulação de conhecimentos teóricos e práticos. Sobre profissionalização Ramalho, Nuñez e Gauthier (1997) comentam:

Para os professores, uma nova visão de profissionalização se faz necessária, ao considerar a natureza social e educativa do trabalho. O professor constrói saberes, competências, não para uma autonomia individualista e competitiva, ou para um poder autoritário, mas para educar segundo perspectivas de socialização, de favorecer a inclusão pelo saber, e não a exclusão. (RAMALHO, NUÑEZ E GAUTHIER, 1997, p. 39)

Dessa forma, levantamos a questão do perfil deste profissional. No decorrer da história da profissão docente é importante salientar que se trata de uma categoria heterogênea que possui divisões internas com perspectivas e ideais divergentes, esse fator é importante para se compreender o processo de profissionalização de professores. Sem iniciativas contundentes em relação às políticas públicas quanto a mudanças na legislação educacional referentes à formação docente para a educação básica, o Estado intervém com ações relacionadas à elaboração de programas direcionados aos cursos de formação docente, que tiveram reflexos nos cursos de licenciatura. Tem acontecido diversos debates acerca das reformulações curriculares, principalmente no âmbito da formação de professores para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental através de entidades educacionais como a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação - ANFOPE. (FREITAS, 2002, p. 138)

Nos anos 80 houve reações de ruptura com o ensino tecnicista que estava em vigor no momento. Os educadores através dos movimentos da formação vêm questionando esse modelo de formação docente evidenciando o caráter sócio-histórico que deve permeá-la e a necessidade de um profissional completo que tenha pleno domínio e compreensão de sua realidade, que desenvolva uma consciência crítica capaz de interferir e transformar as condições da escola, da educação e da sociedade. Incorporando esta concepção emancipadora de educação e formação, buscou-se superar as dicotomias entre professores e especialistas, pedagogia e licenciaturas, especialistas e

generalistas, pois a escola avançava para a democratização das relações de poder em seu interior e para a construção de novos projetos coletivos. (FREITAS, 2002, P. 139)

Contudo, neste contexto de embates em favor da democratização da educação e da formação vem com a crise do capitalismo o aprofundamento das políticas neoliberais em que a educação e a formação docente ganham importância estratégica para que se realizem as reformas educativas no governo de Fernando Henrique Cardoso. A partir desta reforma política no âmbito educacional, estão a expansão das Instituições de Ensino Superior (IEs) que culminou com o aumento de cursos de formação, alguns de caráter duvidoso quanto ao compromisso com a educação. Como alternativa de solucionar o problema de formação de professores foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96, que deu o suporte legal para os profissionais da Educação, no que concerne à exigência de formação superior para o exercício do magistério em todos os níveis e modalidades da educação brasileira.

Com o intuito de melhorar o cenário da formação docente da forma como se estruturou nos anos 90, ao sabor da iniciativa privada que disseminou indiscriminadamente cursos em todo o país, a maioria sem o cuidado de aliar o ensino com a produção do conhecimento, o governo federal já no início deste século (gestão Luis Inácio Lula da Silva), por meio do MEC, transfere a CAPES a gestão de novos programas direcionados para a formação inicial e continuada de professores. Confere, assim, CAPES a incumbência de organizar a estruturação de um sistema nacional de formação de professores, agora com participação mais incisiva das instituições de ensino superior públicas. (NASCIMENTO, MELO, 2015). É nesse contexto que foi criado o PIBID, programa que faz parte do objetivo da nossa pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dentre os objetivos propostos está o de realizar entrevistas com professores da Educação Básica envolvidos no PIBID e com a coordenação do PIBID-UFMA. Contudo, o percurso para alcançarmos esses objetivos foi trilhado com dificuldades relacionadas às greves e paralisações dos professores da Educação Básica, por descumprimento de acordos salariais por parte dos gestores municipais e estaduais. Ao iniciarmos a pesquisa empírica, a partir das indagações acerca das concepções sobre o PIBID, o que os sujeitos de nossa investigação colocam como contribuições relevantes e dificuldades para a formação dos alunos bolsistas PIBID nos leva a

fazer uma análise baseada nos documentos institucionais como o edital nº 02/2009 aprovado pela Resolução CONSEPE nº 719, de 26 de novembro de 2009. Foi a partir deste edital que a UFMA integrou-se ao PIBID. Em consonância com o que dizem os documentos, vejamos o seguinte relato:

“É um projeto de vivência para desenvolver o interesse dos licenciandos pela profissão de professor” (Coordenador C1)

Baseado nessa concepção de contribuição para o processo de aprendizagem dos alunos bolsistas corrobora também o coordenador C2 quando diz que:

“O PIBID é um projeto que viabiliza não só uma relação teórica, mas uma relação de fato prática, de intervenção das licenciaturas junto às escolas”.

Nessa perspectiva em que o sujeito em formação inicial precisa atuar diante de situações com as quais se depara no chão da escola, associando teoria e prática, os relatos dos professores P1 e P2 se assemelham com a fala dos coordenadores C1 e C2 evidenciando os objetivos do PIBID: incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica; contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura. O processo de investigação/reflexão/crítica da prática em sua relação dialética com a teoria, fundamenta a construção/reconstrução das competências segundo o desenvolvimento profissional uma formação centrada na escola e que busca a inovação educativa. (RAMALHO, NUÑEZ E GAUTHIER, 1999)

Os coordenadores destacam algumas contribuições do PIBID na formação dos alunos das licenciaturas de Filosofia e Geografia da UFMA. A esse respeito mostramos o seguinte relato:

O PIBID reconfigurou positivamente as licenciaturas, ele deu um outro estímulo, um outro prestígio as licenciaturas. [...] Outro impacto é atuação e ação diferenciada dos alunos em estágio que são oriundos do PIBID. O nível é porque o aluno tem a chance de conviver e vivenciar a escola desde o 2º período, isso tem um diferencial. [...] (Coordenador C1)

O PIBID foi criado a cargo da CAPES com a finalidade de fomentar a iniciação à docência e melhor qualificá-la refletindo na melhoria da educação básica, então este relato reforça o que está posto como objetivos do Programa. Percebemos também que, o contato que os alunos bolsistas têm com a escola permite ampliar seus saberes adquiridos na universidade. Assim como ter a oportunidade de compreender que a prática em sala de aula está diretamente relacionada com a teoria. Durante as entrevistas os professores revelaram que participar do PIBID refletiu de forma

significativa em suas práxis. Afirmaram que o Programa possibilitou-lhes uma nova postura, dinamismo e motivação da turma ao realizarem atividades desafiadoras. Refletir sobre a sua prática adotando uma perspectiva crítica como pressuposto ideológico significa reconhecer, ademais, a não-neutralidade dos saberes, das atitudes, tanto de quem aprende quanto de quem ensina. (RAMALHO, NUÑEZ E GAUTHIER, 2007)

Observamos que há uma similaridade nas respostas dos sujeitos, quanto às contribuições positivas do Programa que refletem na formação inicial dos licenciandos, fazendo com que os mesmos tenham destaque sobre os demais alunos. Notamos alguns pontos de vista no que concernem às dificuldades, pois os coordenadores e professores são unânimes em evidenciar a falta de verba. Principalmente, porque estamos vivenciando um período de crise no país que afetou o Programa. Especulou-se até sobre o fim do Programa que passou por reformulações. Como consequência ocorreu perda de bolsas e redução de subprojetos.

Sem verba de custeio, aliás, desde 2014 do segundo semestre. Houve decisão da CAPES no ano passado (2015) de cancelar todas as bolsas que estavam ociosas; porque como o programa é de fluxo, os alunos entram, saem continuamente [...], (Coordenador C1)

Dentre outras dificuldades, estão reclamações por parte dos alunos bolsistas, citados pelo coordenador C1, dizem respeito às estruturas das escolas participantes que deixam a desejar, na questão dos espaços para aplicarem atividades. Alunos entusiasmados, querendo inovar e contam com professores desestimulados. Porém, os professores sujeitos desta pesquisa vão de encontro a esta última colocação. Eles destacam que os pibidianos levam novidades e mudam a dinâmica de sala de aula, a questão da prática dos projetos dá aos alunos e professores um entusiasmo maior.

Em suma, esta pesquisa é um trabalho ainda em andamento, a amostra referida é muito restrita, tivemos dificuldades de contato com o campo e, conseqüentemente, ampliar o número de amostras. Reduziu-se a apenas a duas licenciaturas, Filosofia e Geografia. Independente disto inferimos que o PIBID tem contribuído de modo relevante para a formação inicial dos licenciandos no processo de construção de saberes e viabiliza a relação teoria e prática.

4 CONCLUSÃO

O PIBID é um programa implementado por ações interventivas para solucionar lacunas dos cursos de formação de professores, com vistas a fomentar a iniciação à docência, valorização do

magistério e contribuir para a articulação entre teoria e prática, essenciais à formação dos/as professores/as (BRASIL, 2010). Apesar da atual conjuntura social político-econômica que marca o país, que gerou desconforto aos participantes no que tange a reformulações e cortes, tanto de verbas quanto de bolsas, o Programa cumpriu com seus objetivos de acordo com os relatos dos sujeitos pesquisados. No percurso deste trabalho percebemos que através da proposta pedagógica do PIBID é possível a inserção dos licenciandos a partir do segundo período no contexto escolar, contribuindo com suas práticas inovadoras. Com isso, fazer com que se quebrem barreiras paradigmáticas relacionadas à descontextualização teoria-prática, estabelecendo relações entre os saberes teóricos de sala de aula e o cotidiano do chão da escola. Diante das contribuições relevantes do PIBID, para ampliação dos dados, faz-se necessário dar continuidade à pesquisa no intuito de aprofundar o conhecimento sobre as contribuições do Programa em todas as instâncias.

REFERÊNCIAS

BRASIL/CAPES. Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid>> Acesso em: 20 de junho de 2015.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, 1996.

_____. Decreto nº 6.316, de 20 de dezembro de 2007. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6316.htm.

_____. Decreto nº 7.219, de 24 de junho de 2010. Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7219.htm>.

FREITAS, H.C.L. Formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação. Educação & Sociedade, Campinas, vol. 23, n. 80, p. 137-168, setembro/2002.

NASCIMENTO, I. V. do; MELO, M. A. A CAPES e a regulação da formação de professores da Educação Básica. In: Cadernos de Pesquisa. São Luís: EDUFMA, v.22, n. 3, p. 87-99, 2015

RAMALHO, B. L. NUÑEZ, I. B. e GAUTHIER. C. Formar o professor – profissionalizar o ensino: perspectivas e desafios. Porto Alegre, Sulina, 1997.